

EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR: reestruturação produtiva e ação sindical no caso de Campo- Florido/MG na região do Triângulo Mineiro. Elementos para comparação com a região de Ribeirão Preto.

Andréia Farina de FARIA¹

Esta pesquisa² se propõe a estudar a expansão da agroindústria da cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro a partir dos anos 2000, evidenciando os fatores que propiciaram o avanço das fronteiras agrícolas. Em especial, pretende-se identificar as características dessa expansão, fornecendo elementos que permitam a comparação com regiões tradicionais no setor, tal como a de Ribeirão Preto. Para tanto, optou-se por um estudo de caso em uma usina³ situada no município de Campo Florido/MG, onde também se encontra o respectivo sindicato rural envolvido na pesquisa. A usina em questão foi escolhida devido à relevância econômica que representa para o município e pela sua abrangência, uma vez que se constitui como uma das quatro filiais do Grupo Tércio Wanderley localizadas no Triângulo Mineiro. Outras usinas não pertencentes ao grupo serão visitadas a fim de comparações.

Visto que o Brasil possui significativa competência tecnológica para a produção de etanol – concentrada no interior de São Paulo –, pretendemos compreender se a expansão do parque industrial para uma região sem tradição no setor, corresponde ao desenvolvimento substancial da mesma ou se às novas usinas se mantêm de forma atrasada e dependente às inovações tecnológicas, transferência de informações e prestação de serviços. Portanto, buscaremos identificar nos termos da reestruturação produtiva, quais inovações técnicas e organizacionais estão presentes nas usinas investigadas, e como isto tem impactado para a classe trabalhadora no seu local de trabalho.

Outro viés da pesquisa diz respeito ao movimento sindical rural da região, que até os anos 2000 se encontrava majoritariamente desorganizado, e diante a rápida expansão se viu diante de milhares de trabalhadores migrantes, irregularidades nas condições oferecidas pelas usinas, baixos salários, arrendamento de terras de reforma agrária e intensa mecanização da colheita. Dessa forma, buscamos identificar como vem se dando à reorganização e formas de ação dos sindicatos perante o novo quadro de trabalho e trabalhadores no campo.

Como se sabe, a partir da década de 1980, a modernização crescente no campo possibilitou a inserção dos produtos agrícolas no mercado internacional, bem como a formação de *commodities*, o que levou à investigação das transformações no processo de trabalho e da qualificação do trabalhador, que passaram a ser reguladas pelas demandas de mercado e imprimiram uma nova pauta aos sindicatos, qual seja, a qualificação profissional no contexto do desemprego. De acordo com Milano (2008), na luta contra o desemprego, governo e sindicatos brasileiros seguem tendências dos países centrais na adoção de programas de qualificação e requalificação profissional. Durante a década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destinou uma grande soma de investimentos, principalmente advindos do imposto sindical via Fundo de Assistência ao Trabalhador - FAT, ocasionando grande participação dos sindicatos na execução dos projetos de educação profissional, que também pode ser observado no campo (MILANO, 2008).

¹ Mestranda em Sociologia – UNESP. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - andreiaffaria@hotmail.com

² Esta pesquisa é financiada pela FAPESP.

³ O nome da usina será mantido em sigilo como condição de pesquisa e obtenção de dados estratégicos.

Para explicar as mudanças no campo a partir dos anos 50, Maria Aparecida Silva (1999) destaca o papel do Estado como interventor direto na erradicação dos cafezais e diversificação das culturas agrícolas durante os anos 60 e 70. Segundo a autora, a ideologia desenvolvimentista ocupava o centro do discurso das classes dominantes e condenava o atraso no meio rural. O discurso ideológico foi legitimado por meio de diagnósticos⁴ dos cafezais, servindo como justificativa da intervenção direta do Estado na maneira de produzir e nas mudanças nas relações de trabalho. Esse período foi marcado por inúmeras greves, além da expulsão de mais de 2,5 milhões de pessoas do campo paulista no período que abrange 1960-1980 (SILVA, M., 1999).

Da mesma forma, em dezembro de 2004 o Governo Lula estabeleceu Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) como ação estratégica e prioritária para o Brasil, sendo lançado o Marco Regulatório que estabelece as condições legais para a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira de combustíveis líquidos, entre eles o etanol. Tais medidas não deixam de interferir na agricultura familiar, já que existem parâmetros de alta produtividade, uma vez que as plantas que fizerem parte da cadeia do biodiesel serão inseridas no mercado como *commodities* (POTENGY, 2008).

Como se sabe, as condições no campo se apresentam de maneira desigual. Nem sempre os pequenos agricultores conseguem produzir de forma gerenciada e rentável, não têm acesso à assistência técnica regular, e nem às inovações agronômicas de ponta.

Da mesma maneira, a mecanização não se dá de maneira homogênea, sendo que a expansão mecanizada da agroindústria interfere diretamente na autonomia e competitividade das pequenas propriedades. Buscando entender as dicotomias e restrições que ainda se apresentam na relação entre o moderno e a velha estrutura rural, consideramos de acordo com Florestan Fernandes que,

[...] o desenvolvimento industrial somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso. [...] de qualquer modo não poderiam gerar, por si mesmos um desenvolvimento capitalista autônomo e auto sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas (FERNANDES, 1987, p. 236).

No entanto, como pretendemos demonstrar neste trabalho, a expansão econômica estendeu a modernização ao campo. Neste aspecto, José Graziano da Silva (1996) aponta que um dos resultados da industrialização no campo diz respeito à mudança no processo de trabalho agrícola, em que o trabalhador deixa de controlar a atividade que desenvolve para se tornar operador de máquinas. Ainda de acordo com o autor, a complexificação do desenvolvimento produtivo no campo permite a criação do proletariado rural, principalmente pelo caráter financeiro em superioridade às necessidades técnicas e produtivas.

O mesmo caráter financeiro elevou a especulação fundiária no Triângulo Mineiro e o preço do hectare de terra. Considerando a tradição agropecuária em Uberaba e o fator especulativo, um dos problemas que ainda não foram totalmente solucionados pelo setor diz respeito justamente à demanda por terras para as plantações de cana. As usinas passaram então a arrendar terras como forma de suprir a necessidade crescente de matéria-prima. Os arrendamentos atingiram assentamentos de reforma agrária da região, contrariando a lógica da produção familiar que se pretende a partir da mesma. Tem-se o que José Graziano da Silva (1996) aponta como caráter irreversível da modernização da agricultura, ou seja, a

⁴ Diagnósticos realizados em 1957 pela FAO, CEPAL e IBC (PAIVA, 1961 apud SILVA, M., 1999).

substituição às formas de relações familiares e dependência pessoal, reforçando a formação de um setor de assalariados rurais, distantes da totalidade do processo de produção, dado o aumento da especialização no manejo de máquinas e na colheita manual de gêneros agrícolas. Além disso, a modernização é implementada por grandes e médios produtores, afetando ainda mais a competitividade e permanência no campo dos pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

Como foi apresentado, esta pesquisa versa sobre diversos aspectos relacionados a expansão da cana de açúcar, abrangendo a reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro, as novas pautas que se apresentam para o movimento sindical rural e a expansão da agroindústria em detrimento da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MILANO, M. T. Qualificação profissional e políticas de emprego na década de 90: experiências, representações e ação sindical. Um estudo de caso na região de Ribeirão Preto-SP. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.1, n.1, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/seer>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

POTENGY, Gisélia F. O biodiesel e a agricultura familiar – algumas questões. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.1, n.1, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/seer>>. Acesso em: Acesso em: 19 fev. 2009.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973. p.131-150.

SCOPINHO, R.; VALARELLI, L. (Org.). **Modernização e impactos sociais:** o caso da agricultura socroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: FASE, 1995.

STEIN, L. de M. **Trabalho, círculos operários e política:** a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2008.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional: 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SZMECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930 – 1975).** São Paulo: Hucitec, 1979.